

Freyre e o Legado Português

Pedro Calafate

A importância da obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, nomeadamente no que se refere ao tema do luso-tropicalismo, só será devidamente compreendida se enquadrada num contexto geral que, desde a proclamação da independência do Brasil, em 1822, vinha recalcando as raízes portuguesas da cultura brasileira, numa freudiana "morte do pai".

Com efeito, a aversão à antiga metrópole (a que Gilberto Freyre chamou "lusofobia") resultou de um compreensível desejo de aprofundamento da autonomia cultural, que privilegiou primeiro uma mítica ideia de Europa (sem Portugal) e depois, sobretudo após a segunda guerra mundial, os EUA.

Uma das mais significativas expressões desta situação encontra-se no discurso de Joaquim Nabuco, proferido na inauguração da Academia Brasileira de Letras, nos finais da década de 80 do século XIX: "A Academia, conservando a federação política do Brasil, proclama a unidade literária, não terá nenhuma ligação a Portugal, do qual os destinos brasileiros estão completamente separados, e a sua fundação deve ser mais uma afirmação de independência nacional."

Nessa época, o centro dos valores da "cultura ocidental", tal como muitos intelectuais brasileiros a entendiam, restringia-se, nuns casos à França, como sucedeu com os pensadores de pendor romântico, bem como com os positivistas, que a consideravam a "Nação Central", a despeito das estreitas relações que mantiveram com os positivistas portugueses; noutros casos, à Alemanha, como nos autores de matriz kantiana, de que importa destacar Tobias Barreto, justamente considerado fundador da "escola do Recife" e do culturalismo brasileiro.

Gonçalves de Magalhães foi, logo após a independência, um dos mais vincados defensores do nacionalismo romântico brasileiro, mitificando o elemento indígena, anterior à colonização portuguesa (com ecos vincados na célebre frase de Oswald de Andrade "Tupi or not to be") não sendo de todo desprezível o projecto de José de Alencar, em defesa de uma "língua brasileira" suficientemente autonomizada da portuguesa.

Para Tobias Barreto, autor de um notável projecto de regeneração cultural do Brasil, nada havia a esperar da cultura portuguesa, abrindo-se antes à alemã, sobretudo na sua vertente filosófica, fundando aquilo a que um tanto maldosamente se chamava em Portugal a "escola tudesco-sergipana" (Tobias era natural do estado nordestino de Sergipe).

Neste particular, Tobias era secundado por Sílvio Romero, que proclamara sem pejo nos finais do século XIX a "superioridade da cultura alemã sobre a de todos os povos da actualidade, e, como nadir daquele zénite, o lastimável abatimento de Portugal e do Brasil". Considerava ainda que os autores da geração de 70 eram "epígonos quando aferidos pelo padrão dos grandes vultos europeus" e que "a prosa portuguesa é a mais atrasada e imperfeita das línguas neolatinas", por ser a nossa língua "não muito afeiçoada aos segredos e caprichos das especulações filosóficas".

Embora Sílvio Romero, ao contrário de Tobias, não estivesse imbuído de impenitente germanismo (não do ponto de vista étnico mas puramente filosófico), cumpre ainda lembrar que para muitos nomes sonantes da antropologia europeia do século XIX o cruzamento entre raças humanas distanciadas era globalmente negativo, apontando a propósito o caso do México e das repúblicas da América Latina.

Muitos e importantes sectores da intelectualidade brasileira do início do século XX veicularam o preconceito racial, deixando-se seduzir pelo cântico germânico. Vigorava nas primeiras décadas do século XX a tese de que a sociedade brasileira apenas poderia evoluir do ponto de vista civilizacional mediante o fomento da imigração europeia (não portuguesa), sobretudo germânica, e a força desta concepção ficaria bem demonstrada apenas pelo facto de ter sido admitida por um intelectual da craveira de Oliveira Viana, que no entanto a viria a superar, já na década de 30.

Noutros sectores, e embora por razões diversas, o menosprezo pela obra civilizacional dos portugueses no Brasil conheceu apoiantes em pensadores como António Cândido ou Manoel Bonfim, contribuindo para o acentuar das dificuldades de um diálogo que urgia estabelecer em novas bases.

É neste contexto que se evidencia a importância de obras como as de Sérgio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre, evidenciando ambos a importância estruturante da cultura e do legado português na construção de um projecto de identidade brasileira.

Reportando-se ao Brasil e à sua pluralidade cultural, inclusive às diversas culturas nacionais que se foram estratificando na sociedade brasileira, sobretudo nos estados do sul, Gilberto Freyre proclamou que seria "ridículo pretender que o Brasil exista independentemente da sua formação portuguesa; ou que seja um país onde outra cultura – outra língua inclusive – possa instalar-se com os mesmos direitos da de Portugal".

O reconhecimento do luso-tropicalismo como garante da sobrevivência da grande nação brasileira, ao invés de se traduzir numa lógica de exclusão de outras tradições nacionais, deveria, para o autor de Casa Grande e Senzala, passar pelo aprofundamento e reconhecimento desse fundamento cultural.

A incorporação de novos elementos na cultura luso-brasileira, resistindo às tentações dos que a pretendiam dissolver ou substituir, era para Gilberto Freyre condição de enriquecimento e garantia de dinamismo criador da cultura nacional. Por isso, a pluralidade cultural, dentro do primado da cultura luso-tropical de origem, determinaria a existência de uma cultura substantiva e ao mesmo tempo plural, liberta do "preconceito anti-português, que tanto tempo dominou muitos dos estudiosos brasileiros".

A base desta proposta radicava no conceito de luso-tropicalismo, apontando para as virtudes da miscigenação e para o seu intenso poder "democratizante". Em todo o caso, seria injusto não referir que essas virtualidades já tinham sido apontadas durante a fase mais madura do pensamento de Sílvio Romero, que no seu Ensaio sobre a Filosofia do Direito elogia o papel da mestiçagem, do cruzamento entre brancos, índios e negros (os mesmos negros que Gonçalves de Magalhães muito romanticamente tinha ignorado) como um factor de democratização. Assim como a democracia política gera a igualdade entre as classes filhas da história, assim a miscigenação gera a igualdade entre as raças filhas da natureza, razão por que o Brasil lhe surgia já, nesses finais do século XIX, como uma força intrinsecamente democrática e como um país estruturalmente humanista.

Deve-se, no entanto, a Gilberto Freyre a plena assunção destes princípios e a sua mais rigorosa sistematização. A importância do conceito de luso-tropicalismo aponta para a relativização dos factores materiais e económicos como móbil pretensamente exclusivo da história dos portugueses no Brasil, chamando a atenção para outras componentes da natureza humana. Por isso mesmo, e sem ignorar a dureza de uma economia escravocrata que, no entanto, compreende ter sido inevitável nas respectivas condições históricas, o sociólogo brasileiro encontra na cultura portuguesa uma vertente universalista, manifestada na atitude do português para com o mestiço, que considerou única entre os povos europeus.

Assim, o sentido da sua vasta obra parece-nos poder ser sintetizado na forma como entendeu e sustentou que a colonização portuguesa do Brasil representou a mais convincente "vitória do humano, do demasiadamente humano, sobre o económico".

Foi a miscigenação que, na visão de Gilberto Freyre, adoçou a sociedade escravocrata no que esta comportava de cruel e desumano. Foi também a miscigenação que constituiu um poderoso factor de democratização da sociedade brasileira, dando ao mesmo tempo aos povos da América, Ásia e África de formação portuguesa condições de unidade psicológica e cultural, tendo na sua origem o que considerava como um dos acontecimentos humanos mais significativos do nosso tempo: a democratização de sociedades humanas através da mistura de raças.